



RSM Brasil

Av. Marquês de São Vicente, 182 - 2º Andar
Barra Funda - SP - Brasil
Cep: 01139-000
T +55 (11) 2348-1000
F +55 (11) 2117-1300

www.rsmbrasil.com.br

CLUBE GIRO LTDA

**Demonstrações Financeiras Acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**

Índice

	Página
Relatório de administração	2
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	3
Demonstrações Financeiras	6
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras	12

CLUBE GIRO LTDA.
CNPJ Nº 43.782.680/0001-55
NIRE Nº 35.2.3790034-2

Relatório da Administração - Exercício 2024

Senhores Cotistas,

Atendendo as disposições legais, submetemos a apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras acompanhadas do relatório (parecer de auditoria) dos auditores independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Considerações:

Mercado: A Clube Giro registrou crescimento de 66% em relação a 2023.

Serviço ao Cliente: O atendimento ao cliente foi uma prioridade constante ao longo do ano. Implementamos diversas melhorias nos canais de suporte e aprimoramos a experiência do usuário através de atualizações no aplicativo e na interface do cliente. As pesquisas de satisfação indicam um aumento na aprovação dos serviços, refletindo os esforços contínuos da empresa para atender às expectativas dos usuários.

Desenvolvimento Humano: Desenvolvimento de Lideranças; Comitê de Diversidade, Equidade, Inclusão e Pertencimento (fórum entre os colaboradores para criar ações com foco em diversidade, equidade, inclusão e pertencimento); Diário de Bordo (canal de comunicação por e-mail e whatsapp); What's Up? (reunião semanal de acompanhamento de temas pertinentes as áreas); Papo Aberto (fórum com um palestrante convidado para debater diversos temas da atualidade sugeridos pelos funcionários), MBA (ITL), desenvolvimento de novas lideranças (Programa Liderar).

GUSTAVO NADER DAMIÃO RODRIGUES

Diretor Presidente

CPF: 032.261.947-55

RODRIGO TREVIZAN

Diretor Executivo

CPF: 259.802.018-90

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Cotistas e Administradores do
Clube Giro Ltda.
Rio de Janeiro- RJ

1. Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras do **Clube Giro Ltda. (“Empresa”)** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações dos resultados do exercício e dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Clube Giro Ltda.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras.

3. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

4. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As

distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de abril de 2025.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Luiz Claudio Fontes".

Luiz Claudio Fontes
Contador CRC 1RJ-032.470/O-9

RSM Auditores Independentes Associados- Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7 "S" RJ

A small version of the RSM logo, featuring the three colored bars and the letters "RSM".

**CLUBE GIRO LTDA****CNPJ 43.782.680/0001-55****BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	611	163
Contas a Receber			
. Clientes	4	4.161	4.711
. Partes relacionadas	4	633	531
Total de Contas a Receber		4.794	5.242
Impostos a recuperar	5	227	54
Despesas antecipadas		1	
Outras contas circulantes ativas	6	22	658
Total do Circulante		5.653	6.117
Não circulante			
Realizável a Longo Prazo			
. Créditos de tributos diferidos (CSLL e IRPJ)	14.3	1.044	1.139
Imobilizado	7	4	5
Total do Não Circulante		1.048	1.144
Total do Ativo		6.701	7.261

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



CLUBE GIRO LTDA

CNPJ 43.782.680/0001-55

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em reais)

		<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Passivo e Patrimônio líquido</u>			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos			
Fornecedores a pagar			
. Nacionais- terceiros	8	319	68
. Partes relacionadas	8	4.338	3.944
		<u>4.657</u>	<u>4.012</u>
Salários, encargos e obrigações sociais	9	403	315
Impostos a recolher, exceto CSLL e IRPJ	10	186	151
Imposto de renda e contribuição social		208	-
Adiantamento de Clientes	11	-	2
Outras contas a pagar	12	17	7
Total do Circulante		<u>5.471</u>	<u>4.487</u>
Não circulante			
Provisão para passivos contingentes	13	12	2
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	12	3.313	5.267
Total do Não Circulante		<u>3.326</u>	<u>5.269</u>
Passivo a Descoberto			
Capital social subscrito e integralizado		100	100
Reserva de lucros		(2.196)	(2.595)
Total do Passivo a Descoberto		<u>(2.096)</u>	<u>(2.495)</u>
Total do Passivo e do Passivo a Descoberto		<u><u>6.701</u></u>	<u><u>7.261</u></u>

As Notas Explicativas são parte Integrante das Demonstrações Financeiras.



CLUBE GIRO LTDA
CNPJ 43.782.680/0001-55

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024
e em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita Operacional Líquida	16	4.478	2.694
Custo dos serviços prestados	17	(277)	(911)
Lucro bruto		4.200	1.783
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas administrativas	18	(6.651)	(4.713)
Despesas comerciais	18	(3.510)	(3.989)
Outras receitas e (despesas) operacionais	19	6.561	5.270
Total (despesas) receitas operacionais		(3.600)	(3.432)
Lucro (Prejuízo) operacional, exceto resultado financeiro		600	(1.649)
Resultado financeiro líquido (despesa) receita financeira	20	103	18
Lucro antes dos impostos		703	(1.631)
Impostos de renda e cont. social correntes	14.1	(208)	-
Impostos de renda e cont. social diferidos	14.2	(96)	487
Prejuízo (Lucro) líquido do exercício		399	(1.145)
Prejuízo (Lucro) por quota em reais		3,99	(11,45)

Nota: As demonstrações dos resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, visto que inexistiram lançamentos contábeis que impactaram essa rubrica.

As Notas Explicativas são parte Integrante das Demonstrações Financeiras.



CLUBE GIRO LTDA
CNPJ 43.782.680/0001-55

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO**Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023****(Valores expressos em reais)**

	Capital social subscrito e integralizado	Lucros Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	100	(1.451)	(1.351)
Prejuízo do exercício		(1.145)	(1.145)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	100	(2.595)	(2.495)
Lucro do exercício		399	399
Saldo em 31 de dezembro de 2024	100	(2.196)	(2.096)

As Notas Explicativas são parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

CLUBE GIRO LTDA
CNPJ 43.782.680/0001-55**DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA****Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023****(Valores expressos em reais)**

	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	399	(1.145)
Imposto de renda e contr. social – Diferidos	96	(487)
Provisão p/riscos fiscais, trabalhistas e outros	11	2
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	506	(1.630)
(Aumento) redução dos ativos:		
Cientes e operações a receber	550	(4.694)
Impostos e contribuições a recuperar	(172)	(54)
Outros créditos a receber	534	(506)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	251	(59)
Salários e encargos	88	315
Impostos a recolher	243	116
Partes relacionadas	394	1.100
Outros passivos	9	(24)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	2.402	(5.435)
	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de imobilizado	-	(5)
Adiantamento p/aumento de capital (Investidas)	(1.954)	5.267
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	(1.954)	5.263
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	448	(172)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	163	335
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	611	163
Varição do Caixa e Equivalentes de Caixa no Exercício	448	(172)

As Notas Explicativas são parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

1. Contexto Operacional

A Empresa foi constituída em 2021 tendo como objetivo intermediação, agenciamento e corretagem de negócios/títulos em geral por meios físicos e/ou digitais, sem especificação defina (exceto imobiliário), promovendo a integração entre profissionais/empresas/consumidores.

A Empresa faz parte do Grupo JCA que atua em outras empresas do mesmo ramo de atividade. As Empresas do Grupo JCA são:

- Auto Viação 1001 Ltda.
- Viação Cometa S.A.
- Auto Viação Catarinense Ltda.
- Expresso do Sul S.A.
- Rápido Macaense Ltda.
- SIT Macaé Transportes S.A. (controlada diretamente pela Rápido Macaense Ltda.)
- Rápido Ribeirão Preto Ltda.
- Opção JCA Turismo e Fretamento Ltda.
- Metar Logística Ltda.
- Wemobi - Mobilidade e Tecnologia Ltda.
- Clube Giro
- Outlet de Passagens

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Milhares de Reais (R\$ mil), sendo o Real a moeda funcional da Empresa, exceto quando indicado de outra forma.

2. Resumo das Principais Práticas Contábeis

2.1. Base de Apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Empresa em 28 de fevereiro de 2025, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações financeiras.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos não superiores há 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

2.3. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

As contas a receber estão registradas pelos valores efetivamente faturados e estão apresentadas a valores de realização. Quando necessária, a provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em histórico no relacionamento com os clientes e considerada suficiente para a expectativa de perdas na realização de créditos.

2.4. Contas a Receber e a Pagar a Partes Relacionadas

Os contratos ativos e passivos mantidos com partes relacionadas vencem em 30 de dezembro de 2024 e são renováveis automaticamente. Sobre esses valores não incidem juros e atualização monetária. Ainda, destaca-se que a administração está convicta no efetivo recebimento dos seus contas a receber provenientes das operações rotineiras a receber como descrito na Nota Explicativa N°4, e portanto, inexistente uma provisão para perdas em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.5. Imobilizado

É registrado pelo custo de aquisição, líquido das depreciações acumuladas e não excede ao valor justo. A depreciação dos bens é calculada de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa N°11.

2.6. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de *impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.7. Fornecedores a Pagar a Terceiros e a Partes Relacionadas

Saldos a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os saldos a pagar aos fornecedores são apresentados como passivo não circulante.

2.8. Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos-futuros serão gerados em favor da empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. Os ativos e passivos são classificados como circulantes

quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.9. Impostos

As despesas do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Esses impostos são reconhecidos na demonstração do resultado calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para o IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para a CSLL.

O IRPJ e a CSLL (“Impostos Diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, apenas quando for provável que apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. O IRPJ e a CSLL correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos como tal, respectivamente.

2.10. Provisões

Provisões Passivas em Geral- Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisão para Contingências Passivas (Demandas Judiciais e Administrativas)

A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos Contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos Contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Obrigações Legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito dos processos em que a empresa questiona a constitucionalidade dos tributos.

2.11. Reconhecimento de Receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

A Empresa reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Empresa e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada atividade da empresa, conforme descrição a seguir:

Vendas de Serviços- A receita proveniente do transporte de passageiros é reconhecida no momento da utilização dos serviços pelo passageiro e pela disponibilização dos serviços de transporte realizados pela empresa.

Receita Financeira - A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.12. Instrumentos Financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, operações com partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros, adotado pela Empresa a partir de 01 de janeiro de 2018. Após o reconhecimento inicial, a Empresa classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quando pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor Justo por meio do Resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Empresa gerência e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Empresa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao Custo amortizado: passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Empresa para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa. Da mesma forma, a Empresa classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

Valor justo por meio do resultado: quando classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício;

Instrumentos financeiros derivativos e *hedge accounting*

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz do hedge accounting, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o

resultado. A Empresa, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não tinha derivativos e consequentemente hedge accounting.

2.13. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 641/2010, que aprovou o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados.

2.14. (Prejuízo) por Quota

É calculado com base na quantidade de quotas/ ações em circulação do capital subscrito e integralizado na data dos balanços patrimoniais.

2.15. Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e que possuem maior complexidade, bem como as áreas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 4- Provisão para perda esperada sobre contas a receber de clientes;
- Nota Explicativa nº 13.1- Provisão para contingências; e
- Nota Explicativa nº 22- Valor justo dos ativos financeiros.

2.16. Adoção das CPCs Novos e Revisados

a. CPCs Novos e Alterados Vigentes no Exercício Corrente:

No exercício corrente, a Empresa aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo IASB, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1/1/2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas Dfs.

i) Alterações à IAS 1- Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes: A Empresa adotou as alterações à IAS 1, publicadas em janeiro de 2020, pela 1ª vez no exercício corrente. As alterações 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

ii) Alterações à IAS 1-Apresentação das DFs-Passivo Não Circulante com Covenants: A Empresa adotou as alterações à IAS 1, publicadas em novembro de 2022, pela 1ª vez no exercício corrente. As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir no ou antes do final do período de relatório afetam o direito da Empresa de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da Empresa na data do relatório, que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório). O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um covenant após o período de relatório. Porém, se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de covenants pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a Empresa divulga informações que permite aos usuários das Dfs entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os covenants (incluindo a natureza dos covenants e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a Empresa pode enfrentar dificuldades para cumprir os covenants.

iii) Alteração à IFRS 16-Arendamentos-Passivo de Arrendamento em uma Transação de “Sale and Leaseback”: A Empresa adotou as alterações à IFRS 16 pela 1ª vez no exercício corrente. As alterações à IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de “sale and leaseback” que satisfazem as exigências da IFRS 15- Contratos com clientes para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança nos termos do arrendamento) aplicando as exigências gerais da IFRS 16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um “leaseback” que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo da IFRS 16 e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de “sale and leaseback” com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de “sale and leaseback” que se qualifica como venda na aplicação da IFRS 15 é um passivo de arrendamento. O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com o IFRS 16 a transações de “sale and leaseback” celebradas após a data da aplicação inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a Empresa aplicou a IFRS 16 pela 1ª vez.

b. CPCs Novos e Revisados Já Emitidos, Porém Ainda Não Adotados

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo “IASB” nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Empresa não adotou de forma antecipada para a preparação dessas Dfs. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas Dfs da Empresa no futuro.

i) IFRS 18- Apresentação e Divulgações nas DFs: A IFRS 18 substitui a IAS 1- Apresentação das DFs, transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7-Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7-Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33- Lucro por Ação.

A IFRS 18 introduziu novas exigências para apresentar: Categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado; Divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às Dfs; melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações. A Empresa deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a Empresa aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas. Os diretores da Empresa esperam que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as Dfs da Empresa no futuro.

ii) IFRS 19- Subsidiárias sem Responsabilidade Pública- Divulgações: A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas Dfs. A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar Dfs consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS. A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e descreve as exigências de divulgação para subsidiárias que optam por aplicá-la. A Empresa pode apenas aplicar a IFRS 19 se, no final do período de relatório: for uma subsidiária (isso inclui uma controladora intermediária); não tiver responsabilidade pública, e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária prepara Dfs consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS. A subsidiária tem responsabilidade pública se: seus instrumentos da dívida ou patrimoniais forem negociados em um mercado público ou se estiver no processo de emissão desses instrumentos para negociação em um mercado público (uma bolsa de valores nacional ou estrangeira ou mercado de balcão, inclusive mercados locais e regionais), ou detiver ativos em capacidade fiduciária para um grupo abrangente de estrangeiros como um dos seus principais negócios (por exemplo, bancos, associações de crédito, seguradoras, corretoras/negociantes de valores mobiliários, fundos mútuos e bancos de investimento normalmente atendem este segundo critério). As entidades elegíveis podem aplicar a IFRS 19 nas suas Dfs, separadas ou individuais. Uma controladora intermediária elegível que não aplica a IFRS 19 nas suas Dfs consolidadas pode fazer isso nas suas Dfs separadas.

A nova norma é aplicável para períodos de relatório iniciados em ou após 1/1/2027, sendo permitida a adoção antecipada. Se a Empresa optar por aplicar a IFRS 19 para um período de relatório anterior ao período de relatório no qual ela aplicar a IFRS 18 pela 1ª vez, ela deve aplicar um conjunto modificado de exigências de divulgação descrito no anexo à IFRS 19. Se a Empresa optar por aplicar a IFRS 19 para um período de relatório anual antes de ter aplicado as alterações à IAS 21, ela não deve aplicar as exigências de divulgação na IFRS 19 com relação à Falta de Conversibilidade. Os diretores da Empresa não esperam que a IFRS 19 seja aplicada para fins das dfs consolidadas do grupo.

iii) Orientação Técnica OCPC 10 e Resolução CVM 223: No dia 16/12/2024, o CPC emitiu a Orientação Técnica OCPC 10- Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO). Em consonância com esta iniciativa, a CVM publicou a Resolução 223/24, que torna obrigatória a adoção da referida orientação técnica para as companhias abertas supervisionadas pela autarquia. Esses normativos entram em vigor em 1/1/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data.

Conforme CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, na data de publicação das Dfs, a Empresa ainda não adotou antecipadamente referida orientação técnica. Os diretores da Empresa esperam que a aplicação dessas alterações não tenha um impacto sobre as Dfs consolidadas do grupo no futuro.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Empresa.

3. Caixa e Equivalentes

Caixa e equivalentes

Composição

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa	51	-
Aplicações financeiras (CDB) c/ remuneração baseada no CDI	<u>560</u>	<u>163</u>
	<u>611</u>	<u>163</u>

4. Contas a Receber de Clientes e de Partes Relacionadas

Composição do Contas a Receber de Clientes

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Duplicatas e títulos	183	128
Cartões de Crédito	<u>3.978</u>	<u>4.583</u>
Total de Contas a Receber de Clientes	<u>4.161</u>	<u>4.711</u>

Contas a Receber de Partes Relacionadas

Composição do Contas a Receber de Clientes

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Auto viação Catarinense Ltda	8	122
Jca Opção-Turismo e Fretamento	1	2
Auto Viação 1001 Ltda	598	14
Wemobi - Mobilidade e Tecnologia Ltda	-	1
Viação Cometa S/A	23	334
Metar Logística Ltda	2	28
JCA Holding TLM Ltda	-	30
Rapido Macaense Ltda	1	-
Total de Contas a Receber de Partes Relacionadas	<u>633</u>	<u>531</u>

5. Impostos a Recuperar

Composição

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto de renda Retido na Fonte	73	54
IRPJ e CSLL	153	-
Total dos Impostos a Recuperar	<u>227</u>	<u>54</u>

6. Outras Contas Ativas

Composição

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Adiantamentos a fornecedores	14	651
Adiantamento por Conta de Férias	-	7
Outras	8	-
Total das Outras Contas Ativas (Circulantes)	<u>22</u>	<u>658</u>

7. Imobilizado líquido

7.1. Composição do imobilizado líquido de depreciação

	<u>Taxa de depreciação anual</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Móveis e utensílios	10%	4	5
Total Líquido do Imobilizado		<u>4</u>	<u>5</u>

7.2. Movimentação do Imobilizado

	<u>31/12/2023</u>	<u>Compras</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/12/2024</u>
Móveis e utensílios	5	-	-	(1)	4
Total	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>4</u>

	<u>31/12/2022</u>	<u>Compras</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/12/2023</u>
Móveis e utensílios	-	5	-	-	5
Total	<u>-</u>	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5</u>

8. Fornecedores a Pagar a Terceiros e a Partes Relacionadas e Passivos com Partes Relacionadas

Terceiros:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores - Serviços	319	68
Total	319	68
	-	-

Composição dos Fornecedores a Pagar a Partes Relacionadas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Auto Viação 1001 Ltda	1.780	1.566
Opção JCA Tur. Fretamento Ltda	-	66
Viação Cometa S. A	1.470	1.367
Auto Viação Catarinense Ltda	776	697
Expresso do Sul S/A.	253	187
Rapido Ribeirao Preto Ltda	57	38
WEMOBI-MOBILIDADE E TECNOLOGIA LTDA	2	22
Total de Fornecedores a Pagar a Partes Relacionadas	4.338	3.944

9. Salários, Encargos e Obrigações Sociais

Composição

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Férias e Retrospectivos Encargos Sociais	255	214
Salários a pagar	79	52
Encargos previdenciários a recolher- INSS/FGTS	69	49
Total Salários, Encargos e Obrigações Sociais	403	315

10. Impostos a Recolher, Exceto IRPJ e CSLL

Composição

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PIS e COFINS a recolher	102	87
Retenções tributárias a recolher	62	45
ISS a recolher	22	19
Total de Impostos a Recolher, Exceto IRPJ e CSLL	186	151

11. Adiantamentos Recebidos de Clientes

Composição

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos Recebidos de Clientes	-	2
	-	2

12. Outras Contas a Pagar

Composição

	31/12/2024	31/12/2023
Seguros diversos a pagar	16	-
Outras contas a pagar	1	7
Total de Outras Contas a Pagar	17	7

12.1. Composição dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	3.313	5.267
Total dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	3.313	5.267

13. Composição da Provisão para Contingências

Durante o curso normal de seus negócios, a Empresa fica exposta a certas contingências e riscos, que incluem processos fiscais, trabalhistas e cíveis e com agencia reguladora em discussão, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Empresa possuía registrados os seguintes valores a título de provisão para cobrir riscos prováveis:

13.1. Composição da Provisão para Contingências

	31/12/2024	31/12/2023
Causas Cíveis	12	2
	12	2
	-	-

Movimentação da Provisão para Contingências

	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2023	2	-
Adições (diminuições) de provisão	<u>10</u>	<u>2</u>
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2024	<u>12</u>	<u>2</u>

14. Impostos (IRPJ e CSLL) Correntes e Diferidos

14.1. (Despesas) de impostos (IRPJ e CSLL) correntes

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
(Prejuízo) Antes dos Impostos	702.677,54	(1.631)
...Adições Permanentes		
. Despesas indedutíveis	<u>270</u>	<u>200</u>
Total de ad. permanentes.	270	200
...Temporárias		
. Provisão para contingência		2
Total de adições Temporárias	<u>-</u>	<u>2</u>
Valor total geral das adições	<u>270</u>	<u>202</u>
Exclusões:		
...Permanentes		
. Outras exclusões	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de exclusões permanentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total geral das exclusões	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro (Prejuízo) Fiscal	<u>973</u>	<u>(1.430)</u>

14.2. Receita de Impostos (IRPJ e CSLL) Diferidas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita de imposto de renda diferido, líquida	<u>(96)</u>	<u>487</u>
Total da Receita de Impostos (IRPJ e CSLL), Diferida	<u>(96)</u>	<u>487</u>
	-	-

14.3. Impostos (IRPJ e CSLL) diferidos ativos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Bases Temporárias Ativas		
Provisão para Contingências	(12)	(2)
Prejuízo Fiscal de IRPJ e Base Negativa de CSLL	<u>(3.057)</u>	<u>(3.349)</u>
Total das Bases Temporárias	<u>(3.069)</u>	<u>(3.351)</u>
Alíquota dos Impostos (IRPJ e CSLL)	34%	34%
Total de Impostos (IRPJ e CSLL)	<u>(1.044)</u>	<u>(1.139)</u>

A movimentação dos impostos (IRPJ e CSLL) Diferidos Ativos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2023	<u>(1.139)</u>	<u>(653)</u>

Redução/Adição Líquido	96	(487)
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2024	(1.044)	(1.139)

15. Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)

Composição do Capital Social Subscrito e Integralizado

	Número de quotas	31/12/2024	31/12/2023
JCA Holding, Transportes, Logística e Mobilidade Ltda.	100.000	100.000	100,000
	100.000	100.000	100,000

16. Receita Operacional Líquida

Composição

	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta:		
Receitas de Taxa de Serviço	4.703	2.870
Total da Receita Bruta	4.703	2.870
Deduções da Receita		
(-) Impostos incidentes de vendas	(225)	(176)
Total das Deduções de Vendas	(225)	(176)
Total da Receita Operacional Líquida	4.478	2.694

17. Custos dos Serviços Prestados

Composição

	31/12/2024	31/12/2023
Outros Custos (Pessoal, Manutenção e Outros operacionais)	(277)	(911)
Total dos Custos dos Serviços Prestados	(277)	(911)

18. (Despesas) Gerais e Administrativas e (Despesas)

Composição

	Exercícios Findos	
	31/12/2024	31/12/2023
Salários e encargos	(2.323)	(1.481)
Benefícios a empregados	(89)	(71)
Serviços de terceiros	(1.917)	(1.195)
Despesas Tributárias	(1.059)	(768)
Utilidade e serviços públicos	(6)	(20)
Despesas com aluguéis	(9)	(2)
Outros	(1.248)	(1.176)

TOTAL	(6.651)	(4.713)
--------------	----------------	----------------

18. (Despesas) Comerciais

	Exercícios Findos	
	31/12/2024	31/12/2023
Salários e encargos	(140)	(105)
Serviços de terceiros	(474)	(97)
Despesas com cartões	(804)	(601)
Despesas com alugueis	(83)	(18)
Outros	(2.009)	(3.168)
TOTAL	(3.510)	(3.989)

19. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

Composição das Outras Receitas (Despesas) Operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão p/ contingência cíveis	(11)	(2)
Outras despesas	6.572	5.272
Total Outras despesas	6.561	5.270
Total Outras receitas (despesas) operacionais	6.561	5.270

20. Resultado Financeiro, líquido

Composição do Resultado Financeiro, líquido

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Receitas de aplicação financeira	88	35
Juros ativos	76	-
Total das receitas financeiras	164	35
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(61)	(19)
Descontos	-	2
Total das despesas financeiras	(61)	(17)
Resultado Financeiro Líquido	103	18

21. Cobertura de Seguros

A Empresa tem como política contratar cobertura de seguros para responsabilidade civil, seguros para determinados veículos e outras necessidades, por montantes considerados suficientes para

cobrir eventuais sinistros e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

22. Gerenciamento de Riscos de Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros atualmente utilizados pela empresa restringem-se a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar nacionais, empréstimos e financiamentos, em condições normais de mercado, estando reconhecido nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. A Empresa não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Considerando o prazo e as características destes instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A Empresa adota políticas e procedimentos de controle de riscos, conforme descrito a seguir:

(i) Política de Gestão de Riscos Financeiros

A Empresa possui e segue a política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos desta política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Empresa foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

(ii) Risco de Estrutura de Capital (ou Risco Financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a empresa faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a empresa monitora e gerencia permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da empresa foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

(iii) Risco de Crédito

A política de vendas da empresa considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites de posição são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de

inadimplência em suas contas a receber. No que diz respeito às negociações financeiras e demais investimentos, a empresa tem como política trabalhar com instituições de primeira linha.

(iv) Risco de Liquidez

É o risco de a Empresa não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração.

(v) Risco de Taxas de Juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a empresa incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Empresa monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade destas taxas.

(vi) Valorização dos Instrumentos Financeiros

Destacamos os seguintes pontos: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, tais como disponibilidades, contas a receber e empréstimos e financiamentos, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado; (ii) A Empresa não contrata operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxa de juros; e (iii) Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos e os critérios de avaliação estão a seguir descritos:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativos Financeiros		
Avaliados ao Custo Amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	611	163
Contas a Receber de clientes e de partes relacionadas	4.794	5.242
	<u>5.405</u>	<u>5.405</u>
Passivos Financeiros		
Avaliados ao Custo Amortizado:		
Fornecedores a pagar a terceiros e partes relacionadas	4.657	4.012
Adiantamentos de clientes	-	2
Outros passivos	17	6
	<u>4.674</u>	<u>4.020</u>

23. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas para emissão em 28 de fevereiro de 2025.

Rodrigo Trevizan

Diretor Executivo

CPF: 259.802.018-90

Alexandre Arantes Carvalho

Contador

CRC RJ nº RJ-127812/O-9

CPF: 134.356.907-98